

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO CONTEXTO COMUNITÁRIO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA A PARTIR DA PSICANÁLISE E DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA**Paulo Arthur Buchvitz**

Psicólogo/UMESP

Mestre/PUCSP

Doutor/USP

Pós-doutorando/ UERJ

Coordenador do Curso de Psicologia/ISECENSA

Coordenador em Psicologia do Projeto Universidade Bairro a Bairro na *Comunidade Tamarindo* do ISECENSA

Coordenador do Setor de Psicologia Aplicada – SPA

Coordenador de Pós-graduação em Psicologia/ISECENSA

Professor Doutor em Terapia Psicanalítica e Psicanálise Infantil

Psicólogo Escolar do CENSA

Psicólogo Clínico na Clínica de Psicologia Anita Ballestieri

Regina Gloria Nunes Andrade

Psicóloga Doutora Em Comunicação

Pós Doutora pela Université de Paris V- Rene Descartes,

Professora Titular da Universidade do Estado do Rio De Janeiro -Uerj

Professora Visitante da Université de Pau Et Des Pays De L'adour

Desde 2005, E da Universidade Agostinho Neto - Angola Desde 2006

RESUMO

O artigo retrata através de uma revisão bibliográfica a possível intersecção da psicanálise e psicologia comunitária no que diz respeito à violência simbólica no contexto comunitário. A violência simbólica é analisada inicialmente numa perspectiva da educação, pela qual se despreza o modo próprio de dizer o saber do aluno. No sentido sociológico a violência simbólica que se caracteriza pela exclusão social é dominada pela linguagem, podendo as palavras negar, oprimir ou destruir psicologicamente o outro. No aspecto da psicologia social a violência define-se como um fenômeno cultural e histórico, resultando nas exclusões sociais. Na associação da psicanálise freudiana os processos de segregação advêm do sujeito que não consegue avaliar a realidade, produzindo a fantasia, que dificulta a sustentação do pensamento. Numa visão mais contemporânea da psicanálise, Lacan relaciona a violência simbólica ao discurso capitalista; o sujeito que não consome objetos, é excluído do gozo de possuir, ficando apenas com o desejo. Pelo visto, a psicologia comunitária e a psicanálise circunscrevem de maneira patente à violência simbólica, direcionando possibilidades de trabalhos coletivos que visem à emancipação social, e ao processo de constituição do sujeito singular.

Palavras-chaves: psicologia comunitária, psicanálise, violência simbólica, comunidade exclusão social e segregação.

ABSTRACT

The article portrays through a literature review the possible intersection of psychoanalysis and community psychology in regards to symbolic violence in the community context. Symbolic violence is analysed initially in terms of education, by which despises the proper way to say the knowledge of the student. In the sociological sense the symbolic violence characterized by social exclusion is dominated by the language and the words deny, oppress or destroy psychologically. In the aspect of social psychology violence defines itself

as a cultural and historical phenomenon, resulting in social exclusion. The Association of Freudian psychoanalysis entails segregation processes of subject is not able to assess the reality, producing the fantasy, which makes the support of thought. In a more contemporary vision of psychoanalysis, Lacan relates the symbolic violence to capitalist discourse; the subject that doesn't use objects, is excluded from the enjoyment of owning, just with the desire. Apparently, the community psychology and psychoanalysis limited patent way symbolic violence, targeting possibilities of collective works aimed at social emancipation, and the process of constitution of the subject.

Keywords: community psychology, psychoanalysis, symbolic violence, social exclusion and community segregation.

1. INTRODUÇÃO

O curso de psicologia do ISECENSA (Institutos Superiores de Ensino do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora) que tem a preocupação com uma prática compromissada com o social, desenvolve o Projeto Universidade Bairro a Bairro na *Comunidade Tamarindo* de Campos dos Goytacazes, visando o empoderamento e a tomada de consciência da comunidade, cujo interesse final é a contribuição para a autonomia consciente e libertária dos sujeitos.

Professores e alunos do curso de psicologia desenvolvem há três anos um projeto que está subdividido em quatro ações. A primeira ação tem vínculo com a clínica escola, que além de atender crianças no enquadre psicológico, levou a clínica à comunidade, onde alunos e professores ficam de plantão para o atendimento das demandas psicossociais.

A segunda ação é fazer o psicodiagnóstico e acompanhamento neuropsicológico, tendo como objeto de estudo a relação cérebro-cognição-comportamento. Avaliaram-se pacientes portadores de quadros de transtornos globais e específicos, dando também suporte aos cuidadores de pacientes dependentes vítimas de injúrias cerebrais. As sessões são feitas no laboratório de neuropsicologia.

A terceira ação é o projeto melhor mulher. O foco inicial mapeou o perfil, as expectativas, sonhos, interesses e necessidades das mulheres da comunidade. Foram feitas entrevistas individuais com quarenta e seis moradoras. Alguns relatos foram de muito impacto, pelas lutas vividas pela maior parte do grupo, criando oficinas para resgatar a qualidade de vida da mulher, pelo investimento em sua auto estima e bem estar pessoal.

A quarta ação é capacitação tutores de resiliência: uma ação com as mães da comunidade. A atividade desenvolvida faz parte de um conjunto de ações de resiliência. O tema foi inicialmente trabalhado com um grupo de discussão composto por dez mães da comunidade, onde foram elencados os principais problemas enfrentados e as estratégias de enfrentamento que serão utilizadas.

A resiliência é considerada como o resultado final de processos que não eliminam os riscos experimentados, mas encorajam o indivíduo a lidar efetivamente com a situação e a sair fortalecido da mesma. Ressalta-se que o trabalho visando o potencial de resiliência não exclui, sobremaneira, a discussão sobre a necessidade de políticas públicas que atendam as reais demandas da comunidade. Paralelo a essa discussão segue ações de empoderamento e autogestão do grupo.

Outras as ações são implantadas na comunidade em 2012. Na primeira ação estuda-se a resiliência dos adolescentes, aferindo a auto-estima, a resiliência e o sofrimento psíquico dos adolescentes moradores da comunidade de Tamarindo. Na segunda implanta-se a orientação vocacional/profissional: uma escolha a ser construída, atendendo as necessidades dos adolescentes da comunidade, visando intervenções futuras na escolha da profissão e da empregabilidade.

Na terceira ação elaborou-se o projeto de acessibilidade, de avaliação e tratamento de pessoas com deficiência, realizando levantamento estatístico de quantas pessoas com deficiência residem ou freqüentam a comunidade. E, a quarta ação é continuidade do projeto melhor mulher, em que serão tratados temas relativos à saúde e será facilitado o acesso ao exame preventivo.

Portanto, as ações de psicologia na comunidade se configuram como mais um suporte positivo para os moradores das comunidades, minimizando os efeitos negativos das adversidades vivenciadas no grupo, permitindo o processo de constituição singular e social do sujeito.

1.1 Problema

Ainda que a psicologia comunitária tenha abrangência no social e a psicanálise na singularidade do sujeito, essa pesquisa tem o interesse específico, que é analisar a possível intersecção da psicanálise e da psicologia comunitária, no que diz respeito à violência simbólica no contexto comunitário, e suas conseqüentes seqüelas sociais.

A pesquisa é constituída a partir das ações que os professores e alunos do curso de psicologia vêm realizando na comunidade. E como coordenador do projeto comecei a ver as mazelas sociais e comunitárias, e me perguntando sempre de onde vem tanto sofrimento?

Parece que violência simbólica não agride diretamente os sujeitos comunitários quer por agressões físicas ou verbais. É uma violência que advém da escassez ou pela falta de acessibilidade, levando famílias inteiras à segregação social, vivendo em condições subumanas.

É plausível pensar que a violência simbólica, que é uma violência velada, tem como conseqüência as demais manifestações violências.

Sendo assim, neste artigo vai analisar autores e textos da psicologia comunitária e da psicanálise que possam elucidar os entraves da violência simbólica no contexto comunitário.

1.2 Objetivos

A pesquisa tem o objetivo de analisar os fundamentos que a psicanálise e a psicologia comunitária podem contribuir para prevenir, orientar e intervir em processos de formação consciente do sujeito coletivo e em demandas de responsabilidade social.

Outro objetivo é a importância de se estudar a violência simbólica a fim de que se tenham dados científicos generalizados para eventuais intervenções em novas comunidades.

E por fim, tem o objetivo de mapear os processos humanos e sociais para a efetivação de uma conduta mais coerente dentro do viés da cientificidade.

1.3 Justificativas

Prioritariamente justifica-se a pesquisa devido a sua relevância social em se promover a inclusão social, em que se emancipam homens, mulheres e crianças tanto no sentido da singularidade bem como na consciência autônoma e social.

Justifica-se ainda pelas contribuições que os resultados da pesquisa provocam no significativo exclusivo do pesquisador, em que permite desenvolver competências e habilidades no exercício da profissão de psicólogo, na didática acadêmica, no estatuto de pesquisador e nas possíveis publicações.

Outras contribuições que justificam a pesquisa estão relacionadas com a relevância de áreas dos conhecimentos interdisciplinares, como a psicologia clínica, social, comunitária, psicanálise e sociologia.

E por fim, justifica-se por se contribuir ainda que, parcialmente, um pensamento científico, pois na academia as ciências ensinam os ensinamentos catedráticos, ainda que tomando distância para o educando não somente aprenda o conhecimento, mas venha elaborar o saber.

Porém, na produção do saber científico se enriquece o mundo universitário pelo novo, que está ao alcance de todos os que querem compartilhar as descobertas e ações em prol das comunidades.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica sobre temas relacionados às categorias ou elementos que estão a serviço da violência simbólica nas áreas da educação, sociologia, psicologia social, psicologia comunitária e da psicanálise. Utilizaram-se autores que abordam aspectos que permeiam o tema proposto, possibilitando a interlocução dos assuntos levantados.

Para começar a discussão analisa-se o texto do pensador francês Pierre Bourdieu (1975) sobre a violência na educação, que descreve o processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura ao dominados.

Depois numa visão mais sociológica, Zaluar (1999) se discute a violência no Brasil pelo excesso de poder, fazendo a diferença entre a violência física que oprime pelo excesso da força corporal ou armada, e a violência simbólica que se caracteriza pela exclusão social e é dominada pela linguagem, podendo as palavras negar, oprimir ou destruir psicologicamente o outro.

A partir de Santos (2002) que tem uma perspectiva da psicologia social da violência, verifica-se a configuração da violência como uma questão social mundial, sendo disseminada e dramatizada pelos meios de comunicação em escala global.

Ao se debater sobre os processos de segregação apontados no texto *O Mal Estar na Civilização* (1930) e *O Futuro de Uma Ilusão* (1927) descobre-se que os dois textos estão relacionados, segundo Freud, a alguns problemas que as pessoas apresentam em relação à avaliação da realidade.

Por fim, discorre-se numa visão mais contemporânea da psicanálise, numa releitura de Lacan (1976), em que se compreende que a sociedade apresenta os processos de segregação incorporados ao seu próprio sistema, situando a segregação como uma consequência estrutural do laço coletivo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Num viés pedagógico da violência simbólica o pensador francês Pierre Bourdieu (1975) foi quem estudou primeiramente o conceito de violência simbólica, em que descreve o processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura ao dominados, destacando seguinte: “Toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural” (p.22).

Dessa forma, a cultura ou o sistema simbólico é arbitrário e injusto uma vez que possuem uma visão de realidade como sendo algo natural e inevitável. O dominado não se opõe ao seu opressor, já que não percebe como vítima desse processo.

A cultura ou o sistema simbólico é arbitrário e injusto uma vez que possuem uma visão de realidade como sendo algo natural e inevitável. O dominado não se opõe ao seu opressor, já que não percebe como vítima desse processo.

Na verdade, infelizmente, em bases maiores ou menores, uma parte dos professores são tomados por uma redução dos alunos à categoria de objeto. Isso nos leva a refletir no que diz respeito de que, num plano básico de uma interação entre sujeitos, até onde os professores estão interessados em ensinar verdadeiramente os alunos. Pode-se dizer que o que é possível observar é uma transformação do aluno em objeto num processo de segregação, de exclusão social. A segregação faz sintoma desde que se trata de transformar um sujeito em objeto de estudo.

Leguil (1998) permite aprofundar um pouco mais a dinâmica deste processo:

Podemos colocar a segregação no lugar do que faz o sintoma (...) A segregação é o que assinala, o que revela qual é a relação das pessoas entre elas. O que aparece como segregação é o aval de certa relação de produção e, no fundo, a segregação faz sintoma de um discurso que é necessariamente um discurso de exploração (p.13-14).

Nessa relação professor aluno muitas vezes o professor a opta pelo aluno da teoria e se esquece do aluno que se encontra ao seu lado. Por sua vez, os alunos tentam elaborar essas questões buscando alternativas para serem ouvidos.

Assim sendo, existe uma violência própria da educação. Violenta porque desde o princípio submete o corpo da criança a uma ordem, a uma regulação, a um ritmo, a uma interpretação que nada tem de natural embora tampouco sejam arbitrarias. O adulto submete esse corpo a uma espécie de encaixe que impede que outras possíveis significações venham manifestar-se. Não há, pode-se assim dizer, escolha.

Com isso exposto, pergunta-se então: a educação estaria levando ao desencorajamento do pensamento? Seus professores apenas têm interesse em conservar a tradição de uma verdade fechada? Por que o saber inclui a modalidade da comunicação que satura o sujeito que nele está implicado? Existe alguma simulação no ensino tradicional que se reproduz, toda vez que a relação com a verdade como causa entra no social?

Segundo Buchvitz (2002) o aluno que expressa os significantes pela palavra e de forma própria, gera o seu próprio idioleto para construção de sua aprendizagem, isto é, o modo próprio de dizer o seu saber. Por esse motivo, o professor precisa abandonar o senso comum de que a linguagem fornece a base de todos os processos de comunicação direta. O sujeito não incorpora a linguagem de forma meramente conceitual e geral, ele não é totalmente apreendido pela linguagem e fala.

Os pontos de impasse e de conflito existentes na educação não se encontram apenas no plano teórico, mas em todos aqueles que fazem ou lidam com a educação. Os professores estão atrelados a formas compreensivas da linguagem, que fazem os sujeitos parar no que já sabem na repetição de modelos e de conceitos.

Mesmo tudo sendo do contra, a linguagem não pára, nem a educação. Ambas estão sempre se estruturando de uma forma nova que não se consegue acompanhar, devido aos conceitos e imagens previamente estabelecidos pela pedagogia. O professor pára o processo, mantendo-se no que já sabe, tentando

moldar a aprendizagem à sua imagem e semelhança. Na educação, o professor quer moldar o aluno segundo as suas concepções pedagógicas e, isso faz com ele seja segregado.

Numa visão mais sociológica, Zaluar (1999) diz a discussão da violência no Brasil adquiriu grande importância ultimamente, passando a mobilizar cientistas sociais, pedagogos, filósofos, economistas e juristas, enfatizando que as fontes teóricas foram muito variadas, entretanto, e nem sempre explicitadas, o que produziu um debate disperso, querendo marcar as diferenças entre poder e violência, e sua caracterização da violência como um instrumento e não um fim. Os instrumentos da violência, segundo esta autora:

Seriam mudos, abdicariam do uso da linguagem que caracteriza as relações de poder, baseadas na persuasão, influência ou legitimidade. Outras definições não fogem desse paradigma, mas incorporam a palavra na sua definição: a violência como o não reconhecimento do outro, a anulação ou a cisão do outro. A violência como à negação da dignidade humana. A violência como a ausência de compaixão. A violência como à palavra emparedada ou o excesso de poder (ZALUAR, 1999, p. 8).

Ressalta-se o pouco espaço existente para o aparecimento do sujeito da argumentação, da negociação ou da demanda, enclausurado na exibição da força física sobre o oponente, esmagado pela arbitrariedade dos poderosos que se negam ao diálogo.

Santos (2002) na perspectiva da psicologia social, no texto *microfísica da violência*, configura a violência como uma questão social mundial, presente na agenda política de países de vários continentes, abrangendo América Latina à América do Norte, da Europa à, África, sendo disseminada e dramatizada pelos meios de comunicação em escala global, suscitando um conjunto de questões sociológicas que orientam a investigação sobre o significado social e cultural das múltiplas formas de violência presentes nas sociedades contemporâneas, neste jovem século XXI.

Após vários questionamentos sobre um possível código social de sociação, ou laços de sociabilidade que orienta violência, Santos deixa bem claro:

A mundialização, após a Era dos Extremos tem sido definida como o primeiro período do século XXI, marcado pela globalização dos processos econômicos e pela mundialização das novas questões sociais que se manifestam, de forma simultânea e com distintas especificidades, nas diferentes sociedades. Pode-se entender a globalização como relacionada a tendências de alcance, impacto ou encadeamento globais dos fenômenos sociais, ou a uma consciência de abrangência mundial entre os atores sociais (SANTOS, 2002, p. 22).

Sendo assim, as populações mais diretamente atingidas pela globalização acabou se caracterizando se pela desigualdade de oportunidades de vida, em que um acesso desigual a recursos e uma vivência de situações sociais desiguais, em oito dimensões diferentes: saúde; habitação; trabalho; educação; relações de sociabilidade; segurança; informação e conhecimento; e participação política.

Assim, na vida cotidiana se realiza uma inter-relação entre mal-estar, violência simbólica e sentimento de insegurança:

Estamos vivendo em um horizonte de representações sociais da violência para cuja disseminação em muito contribuem os meios de

comunicação de massa, produzindo a dramatização da violência e difundindo sua espetacularização, enquanto um efeito da violência exercida pelo campo jornalístico (SANTOS, 2002, p. 22).

A televisão que procura o sensacional, o espetacular, mediante a dramatização de fatos de maneira a produzir o extraordinário do mundo ordinário, torna-se um instrumento de criação da realidade, eventualmente artificial, influenciando o árbitro de acesso à existência social e política, desenvolvendo, por causa da massificação, a vivência de uma incerteza, em que mundo pós-moderno está se preparando para a vida sob uma condição de incerteza que é permanente e irredutível.

Os processos de massificação acabam rompendo com a consciência coletiva da integração social para um declínio dos valores coletivos e com o crescimento de uma sociedade extremamente individualista, provocando o efeito de exclusão social e econômica, inserindo-se: “as práticas de violência como norma social particular de amplos grupos da sociedade, presentes em múltiplas dimensões da violência social e política contemporânea” (SANTOS, 2002, p. 22).

Existe uma ruptura do contrato social e dos laços sociais, dilacerando de alguma forma o vínculo entre o eu e o outro, verificadas nas instituições socializadoras, como nas famílias, nas escolas, nas fábricas, nas religiões, e, em inclusive, no sistema de justiça penal: “pois todas vivem um processo de ineficácia do controle social e passam a uma fase de desinstitucionalização ou de recorrente crise” (SANTOS, 2002, p. 23).

Pelo visto, as diferentes formas de violência estão relacionadas como um ato de excesso que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais de produção do social, não bastando remeter a violência às determinações econômicas ou políticas, embora, seguramente elas permaneçam atuando como causas eficientes.

Dentro deste viés, segundo Santos, se faz necessário se abandonar, ainda: a concepção soberana do poder, e, por conseguinte, a concepção soberana da violência, na medida em que privilegia a violência do Estado, ou contra o Estado.

Em sentido inverso, Santos aceita a idéia de uma *microfísica do poder*, de Foucault, em que de uma rede de poderes que permeia todas as relações sociais, marcando as interações entre os grupos e as classes, poderão estendê-la conceitualmente aos fenômenos da violência, aparentando: “ser útil, portanto, superar as concepções soberanas do poder e da economia, para dar conta da *microfísica da violência*” (SANTOS, 2002, p. 23).

A partir da *microfísica da violência* existe uma série de elementos fundamentais em se pode definir a violência:

A noção de coerção, ou de força, supõe um dano que se produz em outro indivíduo, ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou a uma etnia. Envolve uma polivalente gama de dimensões, materiais, corporais e simbólicas, agindo de modo específico na coerção com dano que se efetiva. A afirmação de um dano supõe o reconhecimento das normas sociais vigentes, pertinentes a cada sociedade, em um período histórico determinado, normas que balizarão os padrões de legitimidade: a violência define-se então como um fenômeno cultural e histórico (SANTOS, 2002, p. 23).

Desta forma, a violência é fundadora de uma sociedade dividida e desigual, fundada em relações de dominação e de submissão, ordenando a lógica de coerção social, como efetividade ou virtualidade, inserindo em

uma rede de dominações de vários tipos de classe, gênero, etnia, etária, por categoria social, ou a violência simbólica, resultando nas exclusões sociais:

A violência simbólica impõe uma coerção que se institui por intermédio do reconhecimento extorquido que o dominado não pode deixar de outorgar ao dominante quando somente dispõe, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, de instrumentos de conhecimento que tem em comum com o dominante e que constituem a forma incorporada da relação de dominação (SANTOS, 2002, p. 23).

Considera-se, então, que a violência como um dispositivo de poder é vista como prática disciplinar que produz um dano social, instaurando com uma justificativa racional, desde a exclusão, efetiva ou simbólica, até a prescrição de estigmas, possibilitando outros dispositivos, que seria a emergência de lutas sociais contra a violência representam uma dessas linhas de fratura no dispositivo da violência.

Pode ser entre estas linhas de fratura, o respeito à dignidade humana, com fundamento no direito à vida, consisti no fundamento de uma luta social contra a violência. Poder-se-ia construir de uma cidadania mundial, marcada pela criação institucional e pela difusão e comunicação de práticas sociais, jurídicas e simbólicas inovadoras e planetárias, em que a coletividade tivesse o livre acesso ao bem estar e que o indivíduo pudesse emancipar-se pela autonomia e empregabilidade.

Os processos de segregação apontados nos textos *O Mal Estar na Civilização* (1930) e o *Futuro de Uma Ilusão* (1927) estão relacionados, a partir de Freud, a alguns problemas que as pessoas apresentam em relação à avaliação da realidade, em face do imbricamento imaginário-simbólico que acaba por produzir fantasias, revelando a dificuldade de se constituir um pensamento que possa ser sustentado e que não venha recair num descolamento do sujeito de sua realidade.

Pode-se dizer que uma das características mais marcantes do pensamento humano é o seu deslizamento por diferentes contextos fazendo com que, embora o sujeito queira pensar, sentir, ver e desejar, estes processos sempre passarão por uma determinação inconsciente provocadora de um estranhamento quando confrontados com elementos conscientes.

Neste sentido, a pessoa precisa sair de um pensamento alienado e, caso isso não venha ocorrer, caminhos muito diferentes podem ser tomados nessa direção, quer quanto ao aspecto positivo do objetivo, obter prazer, quer ao negativo, evitar o desprazer.

Mas mesmo por esta via, o prazer nunca será total e completo, sempre ficará um resto que impulsionará o sujeito a continuar desejando. Em última análise, a felicidade, reduzindo o sentido em que a reconhecemos como possível, constitui um problema da economia da libido do indivíduo.

Neste sentido, a exclusão e a segregação geram um imaginário fixo através do desejo insistente de destruição, ou seja, acabar tudo aquilo que o Outro representa para não ter que ouvi-lo. De autoritarismo para fazer com que o Outro siga o que se acha, invalidando todas as suas posições. De inibição o que não se consegue fazer, não se consegue pensar e nem dizer.

De estupidez partir para a construção dos pensamentos mais tolos possíveis para não se implicar no que está fazendo. De ódio que seria destruir o Outro por acreditar que ele é a fonte do seu mal estar, ao ser do outro que se expressa sob a forma de racismo, em que o Outro é responsável pelos meus problemas. E, de exclusão social que afasta o contato social para não ter que ouvir o que precisaria ser dito.

Entretanto, para Vilhena e Maia (2006) que analisam conceitos freudianos sobre violência apontando que a agressividade, ao contrário da violência, tem a sua inscrição dentro do próprio processo de construção da subjetividade, uma vez que o sujeito se mobiliza para organizar a sua identificação.

O fato de ser constitutiva não significa, porém, a validade ou legitimidade de todos os seus movimentos. Este é um dos pontos essenciais em uma diferenciação nem sempre evidente. Enquanto a agressividade institui o outro em um lugar de autoridade e investido de um certo valor, a violência promove a desqualificação deste valor, anulando este outro (VILHENA E MAIA, 2006, p. 6).

Na relação entre o sujeito e o outro, havendo o aumento do narcisismo corresponde à exacerbação da violência, e isso porque a ampliação dos mecanismos narcísicos pode potencializar a impotência e o desamparo do sujeito, que dificulta as práticas de solidariedade social.

Sendo assim, os efeitos de impotência e desamparo do sujeito acentuam as reações de segregação, levando ao antagonismo e ao ódio em relação a tudo que é diferente, em que existirá o insuportável quer nas grandes ou pequenas diferenças entre o sujeito e o outro.

Não no sentido de fazer o outro sofrer, porque a violência não permite que o laço social se faça presente, estando mesma atrelada a um significante que se reduz à pura ordem de existir, sem, contudo, ter um encadeamento discursivo, sem que o sujeito pela linguagem e fala possa se desvencilhar dos processos simbólicos da violência.

Desta forma, pode-se pensar que o homem, ao contrário dos animais, é parcialmente um ser biológico. A sua humanização e socialização se realizam através do simbólico da linguagem, que é um conjunto de códigos que permite “que se comunique e se relacione com outros homens e com o universo que o circunda – a cultura é assim, a própria condição de possibilidade do humano” (Idem, p. 7).

Pelo visto, é preciso um lugar onde o sujeito fundamentalmente tem a lei, e que a mesma tenha valor e justa, aplicável a todos e a todos represente. A lei não serve para humilhar e degradar o desejo, mas para estruturá-lo, permitindo a sua integração no circuito do intercâmbio social. Caso contrário, ao invés do respeito e obediência, ter-se-á para cada um o fundante da própria lei. E segundo Vilhena e Maia: “cada um querendo ser sua própria origem; nesses casos, a violência explode os limites do humano” (p. 8).

Numa visão mais contemporânea da psicanálise, numa releitura de Lacan (1976), compreende-se que a sociedade apresenta os processos de segregação incorporados ao seu próprio sistema. Vivemos em uma sociedade de risco. O capitalismo avançou tanto, que acabou praticamente destruindo a natureza, levando os sujeitos a se destruírem cada vez mais.

O risco tornou-se um dos elementos presentes na sociedade pós-moderna. O sujeito tornou-se um consumidor, que procura gozar cada vez mais através do consumo, numa tentativa de tamponamento da falta.

Lacan situou a segregação como uma consequência estrutural do laço coletivo. A segregação do discurso atua com uma lógica do todo produzindo dois efeitos: um fundando a coletividade e outro fazendo a exclusão a partir da exceção. No primeiro caso, tem-se a multiplicidade do social e, no segundo, a particularidade subjetiva. Entre estes há sempre uma tensão que pode ser traduzida como tensão entre o bem de todos e o bem do sujeito.

Mrech (2004) a partir de Lacan questiona:

Qual a escolha que o sujeito faz ao se segregar? Ele escolhe ficar com o seu gozo. Ele não aceita perder o seu gozo (castração). Ele quer continuar a gozar de uma determinada forma. Ou seja, ele entra no princípio do prazer e perde o princípio da realidade. O Outro é somente o que está acontecendo no mundo exterior (44).

Este momento institui a criação de um espaço novo, que fez com que Lacan chamasse de aletosfera, espaço em que as aplicações da ciência acabam criando um novo lugar na cultura humana. Tais lugares estão diretamente vinculados às chamadas latusas que, por sua vez, conceituam-se como pequenos objetos fabricados pelo capitalismo contemporâneo que encontramos em todos os lugares visando provocar nosso desejo. São os objetos mais-de-gozar, aqueles que trazem sempre um gozo a mais.

A decorrência é que não é ao acaso que o discurso capitalista tenha gerado a crise dos ideais. Eles propiciavam aos sujeitos um suporte, uma localização no espaço e no tempo, um caminho para localizar o desejo:

Com a destruição dos ideais, esse processo se perdeu. Em vez de novos ideais, o discurso capitalista passou a instituir uma nova lógica social e superegóica: goze o máximo que você puder. O que tem levado à sociedade contemporânea a um extravasamento constante: excesso de objetos, excesso de lixo, excesso de modalidades de gozo, estabelecendo a perversão social que acaba atingindo a sua forma mais bruta: não goze com o Outro, goze com os objetos, as latusas (MRECH, 2004, p. 40).

Para Santos e Teixeira (2008) na cultura capitalista individualizante os laços sociais são empobrecidos e esvaziados, porem o psicanalista precisa continuar apostando na recuperação do laço social do sujeito falante com a palavra em sua dimensão discursiva: “Nesta clínica, o lugar do dizer reabilita o real como impossível, existente. Reabilita a ex-sistência do dizer em relação ao dito, que tem relação com a estrutura de linguagem que nos determina”, (p.11).

O psicanalista precisa confrontar o discurso de capitalista ao resgatar o direito à insatisfação do sujeito, não o reduzindo meramente a isaciedade, dizendo enfaticamente ao mercado que não há o objeto pleno da satisfação.

Que não se trata de que temos muito ou pouco, pois não há, nem haverá no mercado, jamais, o objeto que poderia satisfazer o sujeito. Quere-se analisar a violência à luz deste esforço de resgate da dignidade da insatisfação. Não se exige que o mercado produza mais para nos satisfazer, ao contrário, sustenta-se que ele não pode dar aquilo que a sociedade demanda.

Sendo assim, o que se apresenta na violência é o horror despido de qualquer revestimento de compreensão simbólica, que nada mais é do que o fascínio pelo objeto que preencheria toda a necessidade.

Sem considerar, obviamente, a dimensão na atualidade que diz respeito ao caráter público, midiático e televisivo, globalizado da violência cotidianamente mostrada, como fatos que fazem parte dos noticiários diários, nacionais e internacionais, que se conclui pela banalização da violência e pela redução da dimensão subjetiva do humano à imagem: “Enfim, a violência virou espetáculo televisivo, cinematográfico e jornalístico, cujas imagens globalizadas imprimem simultaneamente o efeito de horror e fascínio”, (LIMA E TEIXEIRA, 2008, p.11).

Observa-se que as relações sociais têm sido regidas pelo imaginário distanciado da realidade, e suas formações se constituem certa cultura do narcisismo e do individualismo, que são os propiciadores da violência. Neste sentido, então, pergunta-se: qual deve ser o compromisso do analista no contexto da violência?

Através do gesto interpretativo, o analista ao reinscrevê-la a partir do campo da fala e da linguagem, recupera o direito de cada sujeito à insatisfação e ao mal-estar, que alimentam o laço social, evitando, assim, na medida do possível, as vias que poderia levar à ruptura e consequentemente a violência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se atuar na comunidade Tamarindo percebe-se que existe uma estrutura de alienação é tão consistente e desumano que é quase impossível fazer a reversibilidade. Atualizar a cultura de uma comunidade e transformar a mentalidade do seu povo exige resiliência por todos aqueles que se envolvem nesse processo.

Lá na comunidade professores e alunos atuam além da clínica, fazem os plantões clínicos em que se coloca a palavra em circulação para que os membros da comunidade possam dizer a suas demandas pessoais e coletivas. Após as verificações dos dados levantados, os casos específicos são encaminhados para a clínica escola e ou para tratamento de neuropsicológico. E, os casos pontuais são atendidos ali mesmo na comunidade.

No projeto mulher melhor participam trinta e uma mulheres, treze alunos e três professores. O trabalho de sensibilização utiliza a metodologia participativa sobre o conceito de auto-estima, que debatem as adversidades e estratégias pro - ativas de enfrentamento e redes de apoio social. Depois disso buscou-se parecerias com o SENAC e NEAM (núcleo de estudos da mulher do IFF).

Como exemplo dessa parceria se fez o evento “o dia da beleza”, em que as mulheres da comunidade foram orientadas quanto à estima de ser mulher, oferecendo também o tratamento do cabelo e penteados. Têm-se depoimentos surpreendentes dessa experiência: “foi ótimo Fomos muito bem tratadas e a gente se sente outra depois. Eu saí depois me sentindo uma miss”; eles tiveram muita paciência e foram muito carinhosos. Meu cabelo nunca ficou assim tão lindo”; “foi mágico, nunca tinha ido a um salão de beleza de verdade”.

Atuou-se especificamente para o se ter os tutores de resiliência na comunidade. Os tutores de resiliência são: família, professores, trabalho, amigos, vizinhos, enfim pessoas que se têm relacionamentos com a equipe. Descobriu-se também que a fase da infância é muito importante para o desenvolvimento do potencial de resiliência (através da proteção). Pesquisas revelam que pessoas que têm dificuldades para enfrentar os problemas são as que receberam menos apoio de outros, principalmente de familiares e amigos. Elas também têm mais dificuldade de pedir ajuda. Por isso a importância de estimular o potencial de resiliência e de fortalecimento das mães da comunidade como importantes tutoras de resiliência.

Pelo visto, em termos teóricos a psicologia comunitária trabalho fundamentalmente em procedimentos que tem link com os sujeitos no contexto comunitário, enquanto a psicanálise associa a sua função dentro do contexto pessoal. A primeira busca a emancipação dos sujeitos coletivos através da técnica de resiliência que elicia o empoderamento de transformação social. E, a outra o analista precisa assegurar as condições para que o sujeito falante possa responder pelo seu desejo e seu gozo diante das implicações e exigências da vida na atualidade.

Através da experiência prática percebe-se que tanto a psicologia comunitária e como a psicanálise tornou-se instrumentos eficazes no processo não somente de inclusão social, mas também no concerne a acessibilidade aos direitos sociais e familiares. Essa integração de ações gerou maior consciência cidadã, em que os comunitários fazem atividades coletivas em prol do bem estar social.

Já por sua vez os textos analisados aqui, demonstram que a violência está em todas as esferas da sociedade. A violência começa pela educação, na qual os educandos são submetidos a limites cognitivos que não permite a elaboração do saber. Repetindo o ensino que lhe foi ensinados os alunos não conseguem desenvolver as funções superiores do pensamento e da linguagem.

Assim sendo, para fazer algo novo no processo de ensino-saber, é necessário abandonar os velhos símbolos e as velhas imagens da aprendizagem, como a abordagem construtivista, que privilegia a construção do saber, correndo o risco de esquecer os entraves dos alunos em relação a essa construção.

Para que isso ocorra, é necessário construção/desconstrução/reconstrução que é levar alguém a estudar, a tecer o saber, a descobrir o que realmente necessita para aprender. Reduz-se a educação a ser apenas um apreender, em vez de aprender a se descobrir, a construir o saber, para fazer algo melhor da próxima vez em que o professor estiver em contato com o aluno.

A violência do ponto de vista institucional e social tem sido analisada como a afirmação de força física, por imposição legal de armas, ou jurídica, por imposição da norma que não é discutida nem modificada aberta e democraticamente, o que lhe confere um sentido de normal ou legalizado, expressando-se autoritária e que impede o reconhecimento social do outro.

Existe a diferença entre a violência física que oprime pelo excesso da força corporal ou armada, e, a violência simbólica que se caracteriza pela exclusão social e é dominada pela linguagem, podendo as palavras negar, oprimir ou destruir psicologicamente o outro.

É importante salientar que existem leis de proteção das crianças, das mulheres, dos idosos dos negros e dos índios, revelando, assim, que a violência tem o seu acampamento no gênero. O homem prece ser o maior responsável no mundo hodierno pela violência. Essa afirmação pode ser considerada como uma falácia, mas no seu bojo, ela traz uma verdade que institui a figura masculina como o eliciador da violência.

No sentido comunitário a violência é fundadora de uma sociedade dividida e desigual. É possível visualizar a partir do diálogo e da mediação dos conflitos sociais, a perspectiva de construção de uma segurança do cidadão, composta por políticas sociais e por projetos sociais preventivas, que podem protagonizados pelas administrações públicas, e pelo viés associativo das instituições e participação popular, a mediação dos conflitos e da pacificação da sociedade contemporânea.

Nesse otimismo, pode-se pensar na possibilidade de uma dinâmica social democrático, orientado sempre para a dignidade das pessoas, construindo significantes de sociabilidade, na rua, no bairro, na escola, nos estádios e nas instituições, aonde projetos sociais e políticos venham reconstruir a solidariedade, a consciência libertária e a práxis coletiva.

Ao se reumanizar as relações sociais se produzirá uma outra temporalidade de esperanças não-violentas em um espaço planetário, onde a utopia do sonho realizado seja sempre uma evocação subjetiva, intermediada pela linguagem e a fala dos sujeitos.

No aspecto individual a violência tem haver com o sujeito frustrado, por não suportar o seu conflito frente a realidade, acaba descambando para algumas formas paliativas para aplacar a angústia, tais como: as drogas, a religião como fator alienante e o consumismo. O sujeito opta frente ao mal-estar na civilização a encobri-lo, a descaracterizá-lo, recalcando aquilo o incomoda e o perturba.

Assim, o processo de segregação surge quando o sujeito não estrutura o seu pensamento de uma forma suficientemente sustentada, encontrando no Outro a justificativa para seus problemas. Ele se deprecia tanto que não consegue mais escutar o que o seu interior afirma sobre ele mesmo.

Frente a um Outro que o incomoda, o sujeito pode partir para algumas alternativas: dar-lhe o lugar principal, ficando dependente dele, não ouvi-lo ou negá-lo consistentemente. Neste caso, o sujeito acaba tendo que excluir o Outro do seu convívio, destruindo os laços das relações transferenciais.

Desta forma, a violência não é apenas um sintoma, ou seja, uma modalidade de laço social, mas uma das muitas modalidades de devastação desses laços, um ponto de ruptura, uma incidência do gozo fora do discurso.

No mundo capitalista encontram-se objetos que são erotizados pela cultura contemporânea, fazendo com que aqueles que nada têm, fiquem apenas com o desejo, olhando de fora, uma situação da qual jamais terão condições financeiras de participar. Esses consumidores se tornam aqueles que foram segregados. Aqueles que não fazem parte do conjunto da sociedade.

As pessoas impactadas por esse sistema sobram apenas à admiração dos objetos e vitrine. Tudo aquilo que gostariam de ter, e tudo aquilo que gostariam de comprar, têm que ficar apenas no olhar, mas não podem ter e nem tocar.

Sendo assim, as pessoas passam a sofrer a violência simbólica, pois começam a viver situações onde os objetos passam a atraí-los cada vez mais. Porém, de uma forma perversa, por não terem dinheiro para comprá-los, eles se vêem cada vez mais distante deles.

Por fim, é interessante tecer considerações sobre a formação dos novos psicólogos, pois a partir da psicologia comunitária e da psicanálise o psicólogo deve priorizar não apenas aspectos técnicos, mas estar sensível a realidade comunitária, atentando sempre para novas possibilidades de atuação, visando à construção de projetos coletivos que visem à emancipação social e o processo de constituição do sujeito singular.

O campo comunitário de atuação é um espaço bastante aberto dentro da perspectiva pós-moderna da psicologia, em que o psicólogo comunitário tem o desafio de questionar os modelos teóricos, técnicos e metodológicos da sua formação.

O psicólogo numa estratégia pro ativa, se lança a enfrentar as questões referentes à pobreza, à opressão e à violência, que surgem do contexto comunitário, e identificar a partir daí as potencialidades dos sujeitos que lá vivem, evitando a dependência e ao assistencialismo, construindo *in loco* e com os cidadãos o empoderamento de reversibilidade social e acessibilidade popular.

5. REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre e Passeron, Jean-Claude. *A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa, 1975.

BUCHVITZ, Paulo Arthur. *Sublimação da sexualidade infantil*. São Paulo: Escuta, 2000.

_____. *Psicanálise e educação: aprendizagem significativa*. São Paulo: USP. Tese de Doutorado, 2002.

FREUD, Sigmund. *Algumas reflexões sobre a psicologia escolar* (1914). In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, v. XIII.

_____. *O Mal-Estar da civilização*. In *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI, 1930.

_____. *O Futuro de uma Ilusão*. (1927). IN: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, Vol. VII.

LACAN, Jaques. O seminário. Livro 11. *Os quatro Conceitos Fundamentais de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1964.

_____. *A agressividade em psicanálise*. Em escritos. *Campo Freudiano no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

_____. O Seminário: Livro 20. *Mais, Ainda* (1972 - 1976). 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LEGUIL, François – *Forma do Desencontro – Segregação, Solidão e Amor in Curinga*. Escola Brasileira de Psicanálise, Texto Minas Gerais, nº 11, abril de 1998.

KUPFER, Maria Cristina Machado. *Educação para o futuro: psicanálise e educação*. São Paulo: Escuta, 2000.

MRECH, Leny Magalhães. *Psicanálise e educação: novos operadores da leitura*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Microfísica da violência, uma questão social mundial*. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 54, n. 1, Junho 2002. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-672520020001>00017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 Dec. 2011.

_____. *A palavra e o gesto emparedados: a violência na escola*. Porto Alegre: PMPA, SMED, 1999.

VILHENA, Junia e MAIA, Maria Vitória Campos Mamede, Artigo de *Agressividade e violência: Reflexões acerca do comportamento anti-social e sua inserção na contemporaneidade*. Artigo. PUC: Rio de Janeiro, 2006.
VILHENA, Junia. *Mal Estar e Subjetividade*. Artigo Revista: redalyc.uemex.mx/pdf/271/27/2003.

_____. *A espinha partida - considerações acerca do filme africano Tsotsi (Infância Roubada)*. Site da Uerj: www.revispsi.uerj.br

TEIXEIRA, Maria Angélica e SANTOS, Tânia Coelho. *A violência na teoria psicanalítica - Laço social ou ruptura*. O site em que está esse artigo é [scribd.com/doc/25199446/A-violência-na-teoria-psicanalítica](http://scribd.com/doc/25199446/A-violencia-na-teoria-psicanalitica).

ZALUAR, Alba. *O contexto social e institucional da violência*. Site é www.ims.uerj.br/nupevi/artigos_periodicos/contexto.pdf.